

A QUESTÃO DA CIENTIFICIDADE DA HOMEOPATIA¹

SILVIO SENO CHIBENI

Departamento de Filosofia - IFCH - Unicamp

chibeni@obelix.unicamp.br - <http://www.unicamp.br/~chibeni>

Resumo:

Este trabalho esboça uma análise dos fundamentos e da estrutura teórica da homeopatia à luz da filosofia da ciência contemporânea.

A exposição breve aqui empreendida da concepção contemporânea da ciência evidencia o caráter genuinamente científico da homeopatia, tal qual formulada por Samuel Hahnemann. Tal concepção é confrontada com as mais antigas, ainda bastante comuns entre não-filósofos. Dessa comparação infere-se que os critérios segundo os quais a homeopatia não se enquadraria entre as ciências são os antigos, não os atuais.

Mostra-se também que Hahnemann reconheceu na homeopatia dois níveis teóricos distintos: um, fenomenológico, no qual ela encontra bases seguras e suficientes para firmar-se como disciplina científica; outro, construtivo, centrado na teoria do princípio vital. À semelhança do que ocorre em determinados ramos da física, esses níveis se sobrepõem sem conflito, não obstante a autonomia do primeiro em relação ao segundo, adequadamente ressaltada por Hahnemann no *Organon*.

Palavras-chave: homeopatia, Hahnemann, filosofia da ciência.

Índice:

1. A visão comum de ciência	1
2. Objeções à visão comum da ciência.....	2
3. A visão moderna de ciência	5
4. Teorias construtivas e teorias fenomenológicas.....	12
5. A homeopatia como teoria fenomenológica.....	14
6. A homeopatia como disciplina genuinamente científica.....	15
7. A possibilidade de uma teoria construtiva da homeopatia.....	18
Referências.....	27

1. A visão comum de ciência

Constitui crença generalizada que o conhecimento fornecido pela ciência distingue-se por um grau de certeza alto, desfrutando assim de uma posição privilegiada com relação aos demais tipos de conhecimento (o do homem comum, por exemplo). Teorias, métodos, técnicas, produtos, contam com aprovação geral quando considerados científicos. A autoridade da ciência é evocada amplamente. Indústrias, por exemplo, freqüentemente rotulam de “científicos” processos por meio dos quais fabricam seus produtos, bem como os testes aos quais os submetem. Atividades várias de pesquisa nascentes se auto-qualificam “científicas”, buscando afirmar-se: ciências sociais, ciência política, ciência agrária, etc.

¹ Versão corrigida de texto publicado nos anais do II Congresso da Federación de Asociaciones Médicas Homeopáticas Argentinas, realizado em Huerta Grande, Córdoba, de 30/9 a 3/10/1998, pp. 406-35. Este trabalho representa uma porção (com adaptações) de um texto maior, em que se aborda a questão da relevância para a homeopatia de certos desenvolvimentos recentes na física. Defende-se, nas seções aqui omitidas, que tais desenvolvimentos aparentemente aliviam certos embaraços postos pela física à aceitação dos princípios básicos da homeopatia, embora o estabelecimento de conexões positivas entre essas disciplinas aguarde extensas pesquisas de ambas as partes.

Essa atitude de veneração frente à ciência deve-se, em grande parte, ao extraordinário sucesso prático alcançado pela física, pela química e pela biologia, principalmente. Assume-se, implícita ou explicitamente, que por detrás desse sucesso existe um “método” especial, uma “receita” que, quando seguida, redundará em conhecimento certo, seguro.

A questão do “método científico” tem constituído uma das principais preocupações dos filósofos, desde que a ciência ingressou em uma nova era (ou nasceu, como preferem alguns), no século 17. Formou-se em torno dela e de outras questões correlacionadas um ramo especial da filosofia, a *filosofia da ciência*. Investigações pioneiras sobre o “método científico” foram conduzidas por Francis Bacon (1561-1626). Secundadas no século 17 por declarações de eminentes cientistas, como Galileu, Newton, Boyle, e, no século seguinte, pelos Enciclopedistas, suas teses passaram a gozar de ampla aceitação até nossos dias, não tanto entre os filósofos, mas principalmente entre os cientistas, que até hoje muitas vezes afirmam seguir o método baconiano em suas pesquisas. Isso é singular, visto que os estudos recentes em história da ciência vêm revelando que os métodos efetivamente empregados pelos grandes construtores tanto da ciência clássica quanto da moderna têm pouca conexão com as prescrições do filósofo inglês.

De forma simplificada, podemos identificar nas múltiplas variantes dessa visão da atividade científica e da natureza da ciência — a que chamaremos *visão comum da ciência* — algumas pressuposições centrais:

a) *A ciência começa por observações*. Bacon propôs que a etapa inicial da investigação científica deveria consistir na elaboração, com base na experiência, de extensos catálogos de observações neutras dos mais variados fenômenos, aos quais chamou “tábuas de coordenações de exemplos” (*Novum Organum*, II, 10). Como exemplo, elaborou ele mesmo uma lista de instâncias de corpos quentes, visando iniciar o estudo científico do calor. Essa tábuas é então complementada por duas outras, igualmente de longa extensão, reunindo “instâncias negativas” (corpos privados de calor) e casos de corpos que possuem uma “disposição” para o calor.

b) *As observações são neutras*. As referidas observações podem e devem ser feitas sem qualquer antecipação especulativa, sem qualquer diretriz teórica. A mente do cientista deve estar limpa de todas as idéias que adquiriu dos seus educadores, dos teólogos, dos filósofos, dos cientistas; ele não deve ter nada em vista, a não ser a observação pura.

c) *Indução*. As leis científicas são extraídas do conjunto das observações por um processo supostamente seguro e objetivo, chamado *indução*, que consiste na obtenção de proposições gerais (como as leis científicas) a partir de proposições particulares (como os relatos observacionais). Servindo-nos de uma ilustração simples, a lei segundo a qual todo papel é combustível seria, segundo a visão que estamos apresentando, obtida de modo seguro de um certo número de observações de pedaços de papel que se queimam. A lei representa, pois, uma generalização da experiência. O processo inverso, de extração de proposições particulares de uma lei geral, assumida como verdadeira, cai no domínio da lógica, sendo um caso de *dedução*.

2. Objeções à visão comum da ciência

Iniciemos nossa simplificada exposição das objeções à visão comum da ciência examinando brevemente a questão da justificação da indução. Dentro do âmbito restrito de nossa discussão, o processo dedutivo não apresenta maiores dificuldades; podemos assumir que se a verdade de uma proposição estiver assegurada, também o estará a de todas as proposições que dela decorrerem dedutivamente, pelo uso das leis da lógica. Tais leis, no entanto, não asseguram a validade do processo indutivo. Voltando ao nosso exemplo, nenhum conjunto de observações de incineração de pedaços de papel, por maior e mais variado que seja, é

suficiente para justificar *logicamente* a lei segundo a qual todo papel é combustível. Não há contradição formal, lógica, em se afirmar que embora todos os pedaços de papel já examinados tenham se queimado, esta folha *não* é combustível. Isso pode contrariar o senso-comum, as leis da química e da física, mas não as da lógica.

Eliminada a possibilidade de justificação lógica, resta, segundo os pressupostos empiristas dos próprios defensores dessa concepção, unicamente a justificação *empírica*. No entanto, os filósofos John Locke e David Hume apontaram, no final do século 17 e início do 18, que a justificação empírica da indução envolve dificuldades insuperáveis.

Essa constatação veio a exercer uma enorme influência na filosofia, estimulando, por um lado, a retomada de doutrinas racionalistas (Kant) e, por outro, a reformulação dos objetivos empiristas, com o reconhecimento de que o ideal original de certeza e infalibilidade do conhecimento geral do mundo exterior não pode ser atingido. Procurou-se, assim, determinar condições nas quais o salto indutivo seja feito da maneira mais segura possível. Entre as condições que têm sido propostas destacaríamos:

- d) *o número de observações de um dado fenômeno deve ser grande;*
- e) *deve-se variar amplamente as condições em que o fenômeno se produz; e*
- f) *não deve existir nenhuma contra-evidência, i.e., observação que contrarie a lei.*

Embora pareçam *prima facie* razoáveis, um pouco de reflexão e inspeção cuidadosa da história da ciência revelam que tais condições não são nem suficientes para garantir as inferências indutivas, nem necessárias ao estabelecimento de nossas melhores teorias científicas.

Que não são suficientes para assegurar a validade do processo indutivo já está claro de nossas considerações anteriores. Dada uma proposição geral qualquer, não importa quão numerosas e variadas tenham sido as observações que lhe forneceram suporte indutivo, é sempre possível que a próxima observação venha a contrariar as anteriores, falseando a proposição geral. Se apelarmos para o princípio da regularidade da natureza, estaremos na obrigação de justificá-lo. Mas tal princípio evidentemente não é de natureza lógica; e se lhe quisermos dar justificação empírica, caímos de novo no problema da indução.

Além disso, podemos ver que as condições enumeradas também não são necessárias para as mais importantes teorias científicas. Primeiro, quando à condição (d), atentemos para o fato de que alguns dos mais fundamentais experimentos científicos não foram repetidos senão umas poucas vezes, ou mesmo, como é comum, foram realizados apenas uma vez. Muitas das generalizações empíricas nas quais mais certeza depositamos resultaram de uma única observação. Quem, por exemplo, duvidaria que a explosão de bombas atômicas causa a morte de seres humanos após Hiroshima haver sido arrasada?

Quanto à condição (e), notemos que a variação das condições de observação também não tem ocorrido ao longo do desenvolvimento da ciência. Essa exigência é inexequível, se interpretada rigorosamente, já que os fatores que em princípio podem influir são em número indefinido. Por exemplo, para verificarmos a lei da queda dos corpos, teríamos que variar não somente a forma e a massa do corpo que cai, e o meio no qual se move, mas também a sua temperatura, a sua cor, a hora do dia na qual o experimento é feito, a estação do ano, o sexo do experimentador, o seu cheiro, etc. Isso faz ver que há sempre pressuposições teóricas guiando a escolha das condições que devem ser controladas ou variadas; são nossos pressupostos teóricos que nos causam riso diante de algumas das condições que acabamos de enumerar. Este ponto será retomado adiante, dada a sua importância.

Finalmente, nem mesmo a condição (f) tem sido respeitada pela ciência. As teorias científicas nascem e se desenvolvem em meio a inúmeras “anomalias” ou contra-exemplos

empíricos. A teoria de Copérnico conviveu, até o advento do telescópio, com o contra-exemplo da observação da invariância das dimensões de Vênus ao longo do ano. A mecânica newtoniana atingiu a glória mesmo tendo que aguardar décadas antes que pudesse entrar em acordo com as observações da trajetória da Lua; e nem foi abandonada no século 19 quando não pôde dar conta da órbita de Urano. A hipótese de Prout sobre os pesos atômicos dos elementos químicos esperou quase um século antes que seu conflito com abundantes experiências fosse removido.

Passemos agora às objeções ao princípio (a) da visão comum da ciência: começo da investigação científica por observações.

O comentário que fizemos sobre a variação das condições de observação já indica uma dificuldade: se não tivermos nenhuma diretriz teórica para guiar as observações, estas nunca poderão ser concluídas, já que a rigor teríamos que considerar uma infinidade de fatores. Essa constatação de que, por uma questão de princípio, a investigação científica *não pode* principiar com observações puras é reforçada pelo testemunho histórico. Os catálogos baconianos são uma ficção, nunca tendo sido elaborados por qualquer cientista. O cientista, quando vai ao laboratório, sempre tem uma idéia, ainda que provisória e reformulável, do que deve ou não ser observado, controlado, variado.

É interessante ainda lembrar que há casos notáveis de descobertas de leis científicas estimuladas por fatores não-empíricos. Um exemplo típico é a idéia ocorrida ao físico francês Louis de Broglie de que a matéria dita “ponderável” (elétrons, átomos, etc.) apresentaria um comportamento ondulatório. Essa idéia, que contribuiu decisivamente para os desenvolvimentos que levaram ao surgimento da mecânica quântica, não se baseava de modo direto em nenhuma evidência empírica disponível na época (1924), mas na consideração estética, de simetria, de que se a luz, tida como de natureza ondulatória, apresentava, em determinadas circunstâncias, um comportamento corpuscular (fato esse, aliás, também constatado depois de haver sido previsto teoricamente por Einstein), então os corpúsculos materiais igualmente deveriam, em certas circunstâncias, comportar-se como ondas.

As objeções que se têm levantado contra o princípio (b), da neutralidade das observações, são demasiadamente complexas para serem tratadas neste texto voltado a um público leigo. De forma simplificada, a análise filosófica e psicológica do processo de percepção fornece evidência de que o conteúdo mental (idéias, conceitos, juízos) formado quando se observa um determinado objeto ou conjunto de objetos varia significativamente de indivíduo para indivíduo, conforme sua bagagem intelectual. Em certo sentido, a apreensão da realidade se faz parcialmente mediante “recortes” próprios de cada observador, determinados por sua experiência prévia, as teorias que aceita, os objetivos que tem em vista. A tarefa de isolar elementos completamente objetivos, ou pelo menos inter-subjetivos, em nossas experiências está envolta em dificuldades maiores do que se supôs nas etapas iniciais do desenvolvimento da filosofia empirista moderna, quando se propunha que o material básico de todo conhecimento era um conjunto de “idéias”, “impressões”, “conceitos” ou “dados sensoriais” comuns. Parece que em cada ocasião em que a mente interage com algo, esses dados sensoriais já vêm inextricavelmente associados a interpretações, condicionadas pelos fatores apontados.

Tais constatações, porém, não devem conduzir a um subjetivismo completo, incompatível com aquilo que de fato se faz em nosso dia-a-dia e na ciência. Aliás, parte da atividade científica consiste justamente em se buscar uma descrição tão objetiva quanto possível do mundo, e o que está sendo aqui exposto visa apenas a indicar que esse ideal tem que ser buscado por meio de um controle crítico incessante dos fatores subjetivos inelimináveis. Ao contrário do que poderia resultar de uma abordagem estritamente kantiana dessa questão, defendemos que a “grade” intelectual segundo a qual percebemos a realidade

não é fixa, determinada de forma totalmente independente de nosso arbítrio, mas pode ser adaptada por esforços deliberados, com a finalidade de se encontrar uma representação das coisas que mais se aproxime daquele ideal, maximizando-se simultaneamente a coerência e o poder explicativo de nosso conjunto de crenças e teorias.

3. A visão moderna de ciência

Vimos, na seção anterior, que a visão comum de ciência, segundo a qual as teorias científicas são o resultado da aplicação de um método indutivo seguro a uma base empírica neutra e sólida, enfrenta dificuldades de várias ordens. Quando isso foi se tornando claro, começou a busca de uma concepção de ciência que não ficasse sujeita às limitações daquela concepção. Muito embora os desenvolvimentos nesse sentido hajam mostrado que a tarefa de reunir sob uma descrição única o complexo, variado e dinâmico elenco das teorias científicas é, até certo ponto, irrealizável, existe um relativo acordo sobre algumas características centrais da ciência. A presente seção será dedicada à exposição sucinta dessas características.

Durante a primeira metade de nosso século, uma plêiade de eminentes filósofos empreendeu aperfeiçoar aquilo que vimos denominando de concepção comum de ciência, em um sofisticado programa filosófico, conhecido como *positivismo lógico*. Esse movimento, cujo núcleo original formou-se em torno do chamado Círculo de Viena, na década de 1920, exerceu uma influência marcante sobre a comunidade científica, que perdura até nossos dias, não obstante a insustentabilidade do positivismo lógico haver sido há muito reconhecida pelos filósofos.

Objecções incisivas à concepção comum de ciência, então vestida nas roupagens do positivismo lógico, foram levantadas já em 1934 pelo filósofo austríaco (mais tarde naturalizado britânico) Karl Popper, exatamente quando essa doutrina vivia o seu apogeu. Tais objeções, enfeixadas no livro *Logik der Forschung*, publicado em Viena naquele ano, foram ignoradas durante quase trinta anos, só recebendo atenção no final da década de 1950, quando os próprios positivistas lógicos já haviam admitido muitas limitações no seu programa original. Em 1959, o livro de Popper foi revisto, ampliado e vertido para o inglês, sob o título *The Logic of Scientific Discovery*. A partir de então (e, é claro, não somente pela influência desta obra) instalou-se um período de significativos avanços na filosofia da ciência, com o aperfeiçoamento e crítica das teses popperianas, e com o aparecimento de outras concepções de ciência, entre as quais se destacam as de Thomas Kuhn e Imre Lakatos.

A idéia central de Popper é a de substituir o empirismo justificacionista-indutivista da concepção tradicional por um empirismo não-justificacionista e não-indutivista, que ficou conhecido por *falseacionismo*. Popper rejeita que as teorias científicas sejam construídas por um processo indutivo a partir de uma base empírica neutra, e propõe que elas têm um caráter completamente conjectural. Teorias são criações livres da mente, destinadas a ajustar-se tão bem quanto possível ao conjunto de fenômenos de que tratam. Uma vez proposta, uma teoria deve ser rigorosamente testada por observações e experimentos. Se falhar, deve ser sumariamente eliminada e substituída por outra capaz de passar nos testes em que a anterior falhou, bem como em todos aqueles nos quais tenha passado. Assim, a ciência avança por um processo de tentativa e erro, conjecturas e refutações. “Aprendemos com nossos erros”, enfatiza Popper, que traça um paralelo (com restrições importantes) entre a evolução da ciência e a evolução das espécies, segundo a teoria de Darwin-Wallace:

Nosso conhecimento consiste, em cada momento, daquelas hipóteses que mostraram sua (relativa) adaptação, por terem até então sobrevivido em sua luta pela existência, uma luta competitiva que elimina as hipóteses não-adaptadas. (*Objective Knowledge*, p. 261.)

A cientificidade de uma teoria reside, para Popper, não em sua impossível prova a partir de uma base empírica, mas em sua *refutabilidade*. Ele argumenta que somente as teorias

passíveis de serem falseadas por observações fornecem informação sobre o mundo; as que estejam fora do alcance da refutação empírica não possuem “pontos de contato” com a realidade, e sobre ela nada dizem, mesmo quando na aparência digam, caindo no âmbito da metafísica. Alguns dos exemplos preferidos de Popper de teorias irrefutáveis, e portanto não-científicas, são a astrologia, a psicanálise e o marxismo.

Vejam agora como a concepção falseacionista posiciona-se diante das características da ciência que constituíram embaraço à concepção indutivista tradicional.

Primeiramente, notemos que a visão falseacionista escapa completamente ao problema da justificação da indução, já que nela não se pretende que as teorias sejam provadas indutivamente. O vínculo empírico das teorias se localiza em sua refutabilidade. E aqui o falseacionismo explora habilmente a assimetria lógica que existe entre os processos de inferência de proposições particulares a partir de proposições gerais e de gerais a partir de particulares: se nenhum conjunto finito de proposições particulares pode levar logicamente uma proposição geral, a falsidade de uma proposição particular acarreta logicamente a falsidade da proposição que representa a sua generalização. Ilustremos o ponto retomando o nosso exemplo da lei segundo a qual todo papel é combustível. Conforme mencionamos, essa lei não pode ser provada logicamente por observações de pedaços de papel que se queimam. Porém se encontrarmos um único pedaço de papel incombustível, concluiremos logicamente que a referida lei é falsa.

Uma segunda vantagem da concepção falseacionista está em não pretender que a investigação científica comece por observações. Discorrendo sobre as relações entre observação e teoria, Popper afirma:

Acredito que a teoria — pelo menos alguma expectativa ou teoria rudimentar — sempre vem primeiro, sempre precede a observação; e que o papel fundamental das observações e testes experimentais é mostrar que algumas de nossas teorias são falsas, estimulando-nos assim a produzir teorias melhores.

Conseqüentemente, digo que não partimos de observações, mas sempre de *problemas* — seja de problemas práticos ou de *uma teoria que tenha topado com dificuldades*. (*Objective Knowledge*, p. 258.)

Isso isenta o falseacionismo de várias das objeções filosóficas, notadamente da relativa à necessidade de diretrizes teóricas na condução das observações, e também o colocam em concordância com o processo que efetivamente ocorre ao longo da história da ciência.

Por fim, além do apelo intuitivo do falseacionismo (em nossa vida prática, pelo menos, freqüentemente aprendemos com nossos erros), cabe mencionar que o compromisso com essa posição filosófica força a formulação das teorias de maneira clara e precisa. De fato, não é fácil ver como uma teoria obscura ou imprecisa possa ser submetida a testes rigorosos e, ainda que o seja, poderá ser sempre salva de um veredicto desfavorável por meio de reinterpretações, de manobras semânticas, o que trai sua irrefutabilidade, e portanto o seu caráter não-científico.

Embora represente um avanço em relação à concepção comum de ciência, o falseacionismo, tal qual o descrevemos acima, de modo simplificado, padece de várias limitações. Não faríamos justiça plena a Popper atribuindo-lhe essa forma tosca de falseacionismo, não obstante haja evidência textual que poderia ser evocada para essa atribuição, como gostam de notar seus opositores.

Foge ao escopo deste nosso trabalho efetuar uma análise dos muitos matizes do pensamento popperiano, bem como avaliar as críticas que lhe foram feitas. Diremos apenas que mesmo as versões mais sofisticadas do falseacionismo não estão isentas de dificuldades, o que deu lugar ao surgimento de diversas teorias da ciência alternativas. Essas teorias vão desde a metodologia dos programas científicos de pesquisa, de Lakatos, que representa um desdobramento das linhas popperianas, até o auto-denominado “dadaísmo metodológico”, de

Paul Feyerabend, que nega a existência de qualquer método na ciência. Daremos abaixo uma descrição breve das idéias centrais de Lakatos, não somente por suas virtudes intrínsecas, mas também por servir bem às nossas análises posteriores. Antes, porém, exporemos de forma sucinta algumas das objeções que se têm levantado contra o falseacionismo, e que motivaram o desenvolvimento das concepções lakatosianas.

A dificuldade mais fundamental enfrentada pelo falseacionismo é o chamado “problema de Duhem-Quine”. Vimos acima que uma proposição geral como ‘Todo papel é combustível’ pode ser falseada por uma proposição particular como ‘A folha de papel x não é combustível’, cuja verdade usualmente se admite apoiar na experiência. No entanto, as teorias reais ou de algum interesse nunca são proposições gerais isoladas, mas conjuntos de tais proposições, e não podem, além disso, ser submetidas a testes empíricos senão quando suplementadas por teorias e hipóteses auxiliares (como as referentes ao funcionamento dos aparelhos eventualmente empregados na observação), proposições acerca das condições iniciais e de contorno, etc. Se então esse complexo de proposições permite inferir uma proposição que conflita com alguma proposição empírica, o máximo que a lógica nos informa é que o conjunto de proposições está refutado, caso se assuma a verdade da proposição empírica. Mas não nos habilita a singularizar como responsável por essa refutação *uma* das proposições do conjunto, nem mesmo o subconjunto delas que constitui a teoria particular que estamos procurando testar.

Ilustremos a dificuldade considerando uma situação que, segundo a concepção falseacionista, representaria a refutação de uma dada teoria mecânica por observações astronômicas. Para fixar idéias, tomemos essa teoria como sendo a mecânica newtoniana, que consiste de três leis dinâmicas, as conhecidas “leis de Newton”, que denotaremos por L_1 , L_2 e L_3 , e da lei da gravitação universal, que denotaremos por G . Uma eventual refutação dessa teoria por uma proposição empírica, E , implica necessariamente a possibilidade de se deduzir a partir dela uma proposição T logicamente incompatível com E . Em outros termos, diríamos neste caso que a previsão teórica T (a respeito, por exemplo, da trajetória de um dado planeta) foi contrariada pela experiência, expressa através da proposição E , estando assim refutada a teoria mecânica em questão.

O problema está em que o conjunto de leis L_1 , L_2 , L_3 e G não basta para a dedução de nenhuma proposição do tipo de T . Para tanto, deve ser complementado por várias outras proposições, classificadas em duas categorias principais: De um lado, estão as proposições gerais (A_1 , A_2 , A_3 , ...) de teorias auxiliares, como por exemplo as de teorias ópticas envolvidas na construção e operação dos telescópios usados na observação do planeta, na correção das aberrações ópticas introduzidas pela atmosfera terrestre, etc. De outro lado, há as proposições particulares (I_1 , I_2 , I_3 , ...) referentes às chamadas condições iniciais do problema, como sejam as empregadas para especificar as massas e posições iniciais do planeta, da Terra, do Sol e dos demais planetas e satélites. Temos então que é somente o amplo conjunto de proposições L_1 , L_2 , L_3 , G , A_1 , A_2 , A_3 , ... I_1 , I_2 , I_3 , ... que permite inferir uma proposição T imediatamente confrontável com a observação. Se agora encontrarmos que essa proposição T é empiricamente falsa, poderemos concluir somente que a vasta *conjunção* de proposições que permitiu deduzi-la é falsa; mas a lógica não dá nenhuma indicação de *qual* (ou quais) proposição que a compõe é falsa; sabemos apenas que pelo menos uma deverá sê-lo, mas não qual. Assim, o conflito de T com a observação não pode ser interpretado como uma refutação da teoria mecânica em análise (e mesmo que pudesse, não saberíamos qual das leis que a compõem é falsa), pois a falha pode estar em qualquer uma das inúmeras proposições subsidiárias A_1 , A_2 , A_3 , ... I_1 , I_2 , I_3 , Conforme se verifica pelo exame cuidadoso das situações reais de teste das teorias científicas, esse conjunto de proposições subsidiárias é em geral bastante extenso.

Quine expressou metaforicamente o problema em foco dizendo que “nossas proposições sobre o mundo externo enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas corporativamente” (“Two dogmas of Empiricism”, seção 5). Recorreu ainda a duas imagens para figurar as relações entre teoria e experiência:

A totalidade de nosso assim chamado conhecimento ... é um tecido feito pelo homem, que toca a experiência somente em suas bordas. Ou, mudando a imagem, a ciência é como um campo de força cujas condições de contorno são a experiência. Um conflito com a experiência na periferia causa reajustes no interior do campo ... A reavaliação de algumas proposições acarreta a reavaliação de outras, devido às interconexões lógicas entre elas ... Mas o campo é de tal modo subdeterminado por suas condições de contorno (a experiência), que há muita liberdade de escolha sobre quais proposições devem ser reavaliadas à luz de qualquer experiência individual contrária. (*Ibid.*, seção 6.)

Conforme vemos, o problema de Duhem-Quine incide sobre os próprios fundamentos da concepção falseacionista de ciência. Sua relevância é acentuada pelo testemunho da história da ciência, que fornece muitos exemplos de conflitos entre previsões teóricas e observações que foram resolvidos não pelo abandono da teoria particular que levou à previsão, mas por ajustes nas teorias subsidiárias requeridas para a efetivação do teste. Mencionamos anteriormente alguns exemplos importantes, que agora relembremos, junto com mais alguns.

A teoria astronômica de Copérnico conflitava com a observada constância nas dimensões de Vênus e Marte ao longo do ano. O heliocentrismo não foi por isso tido como refutado por todos; muitos preferiram colocar em dúvida a assumida capacidade de nosso sistema visual perceber pequenas variações de tamanho de objetos brilhantes pequenos. O mesmo ocorreu com relação a inúmeras previsões mecânicas empiricamente falsas que os opositores do sistema copernicano deduziram da hipotética rotação da Terra: a produção de ventos fortíssimos na direção oeste; a projeção de todos os corpos soltos sobre a superfície da Terra; o desvio para oeste de corpos em queda livre; a Lua seria deixada para trás pela Terra em seu movimento de translação, etc. Bruno, Galileo, Kepler e outros não viram nessas abundantes conseqüências falsas da teoria heliocêntrica a sua refutação, preferindo atribuí-las às teorias mecânicas subjacentes, muito embora o desenvolvimento de uma nova mecânica, capaz de produzir previsões empíricas corretas a partir da teoria heliocêntrica, devesse ainda aguardar a contribuição de Newton, no final do século 17.

Por sua vez, a mecânica newtoniana dava resultados incorretos para a trajetória da Lua. Isso não foi interpretado como sua refutação; o ajuste empírico da teoria foi alcançado em meados do século 18, por modificações nas técnicas matemáticas envolvidas nos cálculos da trajetória lunar. Caso semelhante se deu com as previsões da teoria newtoniana para a órbita de Urano, incompatível com as observações astronômicas do início do século 19. Desta vez, a refutação da teoria foi evitada pelo questionamento das condições iniciais do problema, introduzindo-se a hipótese de um corpo celeste até então nunca observado, que modificaria as forças gravitacionais que atuam sobre aquele planeta. Esse hipotético corpo foi mais tarde detectado empiricamente, sendo o que hoje se conhece como o planeta Netuno.

Também já aludimos à hipótese que Prout propôs em 1815 acerca dos pesos atômicos dos elementos químicos, que conviveu durante quase cem anos com farta evidência empírica contrária. A discrepância foi atribuída a pressuposições referentes aos processos de purificação química. Aqui também esse redirecionamento da refutação mostrou-se justificado pelos desenvolvimentos científicos de nosso século.

Finalizando esta breve exposição das dificuldades do falseacionismo, temos ainda que mencionar que a ênfase que dá ao processo de falseamento das teorias conduz frequentemente a uma subestimação do papel das *confirmações* no desenvolvimento da ciência. (Entendemos aqui ‘confirmação’ não no sentido da concepção tradicional de ciência, que em geral se confunde com ‘prova’; por esse termo significamos apenas a evidência empírica favorável.)

Na versão tosca que lhe demos acima, o falseacionismo não reconhecia a importância das confirmações. Um tanto impiedosamente, poderíamos isolar muitas passagens dos escritos de Popper que parecem apoiar esse ponto de vista, como por exemplo esta prescrição feita à página 266 de seu *Objective Knowledge*: “Tenha por ambição refutar e substituir suas próprias teorias.” Ou ainda estas frases de *Conjectures and Refutations*: “Observações e experimentos ... funcionam na ciência como *testes* de nossas conjeturas ou hipóteses, i.e., como tentativas de refutação” (p. 53). “Todo *teste* genuíno de uma teoria é uma tentativa de falseá-la ou refutá-la” (p. 36).

Não podemos disfarçar nossa estranheza diante de tais afirmações, dado seu contraste com a atitude usual dos cientistas, que vem norteando o desenvolvimento da ciência. Naturalmente, quando considerado em seu conjunto, o pensamento popperiano mostra-se mais refinado. Popper trata mesmo com alguma extensão o assunto da “evidência corroborativa”. Não é claro, todavia, que ele tenha feito justiça plena ao papel que a confirmação efetivamente desempenha na ciência. Vejamos, por exemplo, este seu comentário específico sobre a questão: “Evidência confirmatória não deve contar, *exceto quando é o resultado de um teste genuíno da teoria*, ou seja, quando possa ser apresentada como uma tentativa séria, não obstante mal sucedida, de falsear a teoria.” (*Conjectures and Refutations*, p. 36; o destaque é de Popper.) O desacordo com o que se observa na prática da ciência reside não no reconhecimento de que as “confirmações devem contar somente se são o resultado de *predições arriscadas*” (ibid., p. 36), mas na insistência em interpretar observações e experimentos como tentativas *deliberadas* de refutação. Definitivamente, parece não haver exemplos de cientistas que se tenham empenhado ansiosamente na refutação de suas próprias teorias, ou daquelas com as quais simpatizam. E o que vimos acima nos autoriza a concluir que se esse fosse o objetivo precípua dos cientistas, não lhes faltariam razões para dar como refutadas todas as teorias científicas.

Além disso, há que observar a irrelevância de certas refutações para a ciência. Este ponto foi expresso com clareza por Chalmers em seu livro *What Is This Thing Called Science?* (pp. 51-2):

É um erro tomar a falseação de conjeturas ousadas e altamente falseáveis como ocasiões de significantes avanços na ciência ... Avanços significantes distinguem-se pela *confirmação* de conjeturas *ousadas* ou pela *falseação* de conjeturas *prudentes*. Casos do primeiro tipo são informativos, e constituem uma importante contribuição ao conhecimento científico, exatamente porque assinalam a descoberta de algo previamente não-cogitado ou tido como improvável ... As falseações de conjeturas prudentes são informativas porque estabelecem que o que era considerado pacificamente verdadeiro é de fato falso ... Em contraste, pouco se aprende com a *falseação* de uma conjetura *ousada* ou da *confirmação* de uma conjetura *prudente*. Se uma conjetura ousada é falseada, então tudo o que se aprende é que mais uma idéia maluca mostrou-se errada ... Semelhantemente, a confirmação de hipóteses prudentes ... indica meramente que alguma teoria bem estabelecida e vista como não-problemática foi aplicada com sucesso mais uma vez.

Do que vimos sobre as limitações das concepções indutivista e falseacionista de ciência, transparece que elas representam as teorias científicas e suas relações com a experiência de modo demasiadamente simples e fragmentário. A inspeção da natureza, gênese e desenvolvimento das teorias científicas reais evidencia que devem ser consideradas como *estruturas* complexas e dinâmicas, que nascem e se elaboram gradativamente, em um processo de influência recíproca com a experiência, bem como com outras teorias. Essa visão da ciência é ainda apoiada por argumentos de ordem filosófica e metodológica.

Se é verdade que as teorias científicas devem apoiar-se na experiência — embora não dos modos descritos pelo indutivismo e pelo falseacionismo —, residindo mesmo nela a sua

principal razão de ser, não é menos verdade que a busca, condução, classificação e análise dos dados empíricos requer diretrizes teóricas.

Além disso, a própria malha conceitual através da qual formulamos nossas idéias e experiências sensoriais constitui-se ao menos parcialmente pela atuação de nosso intelecto. No caso específico dos conceitos abstratos da ciência, o exame de sua criação e evolução mostra que surgem tipicamente como idéias vagas, só adquirindo significado gradualmente mais preciso na medida em que as teorias em que comparecem se estruturam, embasam e ganham coerência.

Por fim, em contraste com o que propõe a visão indutivista (e talvez também a falseacionista), as teorias científicas não consistem de meros aglomerados de leis gerais. Devem incorporar ainda regras metodológicas que disciplinem a absorção de impactos empíricos desfavoráveis, e norteiem as pesquisas futuras com vistas ao seu aperfeiçoamento.

O filósofo Imre Lakatos sistematizou de maneira interessante as características da ciência que vimos discutindo, introduzindo a noção de *programa científico de pesquisa*. Iniciaremos nossa breve e simplificada exposição das idéias centrais de Lakatos recorrendo a este parágrafo do citado livro de Chalmers (p. 76):

Um *programa de pesquisa* lakatosiano é uma estrutura que fornece um guia para futuras pesquisas, tanto de maneira positiva, como negativa. A *heurística negativa* de um programa envolve a estipulação de que as assunções básicas subjacentes ao programa, que formam o seu *núcleo rígido*, não devem ser rejeitadas ou modificadas. Esse núcleo rígido é resguardado contra falseações por um *cinturão protetor* de hipóteses auxiliares, condições iniciais, etc. A *heurística positiva* constitui-se de prescrições não muito precisas que indicam como o programa deve ser desenvolvido... Os programas de pesquisa são considerados *progressivos* ou *degenerantes*, conforme tenham sucesso, ou persistentemente fracassem, em levar à descoberta de novos fenômenos.

O núcleo rígido (*hard core*) de um programa é aquilo que essencialmente o identifica e caracteriza, constituindo-se de uma ou mais hipóteses teóricas. Eis alguns exemplos. O núcleo rígido da cosmologia aristotélica inclui, entre outras, as hipóteses da finitude e esfericidade do Universo, a impossibilidade do vazio, os movimentos naturais, a incorruptibilidade dos céus. O núcleo da astronomia copernicana consiste das assunções de que a Terra gira sobre si mesma em um dia e em torno do Sol em um ano, e de que os demais planetas também orbitam o Sol. O da mecânica newtoniana é formado pelas três leis dinâmicas e pela lei da gravitação universal; o da teoria especial da relatividade, pelo princípio da relatividade e pela constância da velocidade da luz; o da teoria da evolução de Darwin-Wallace, pelo mecanismo da seleção natural.

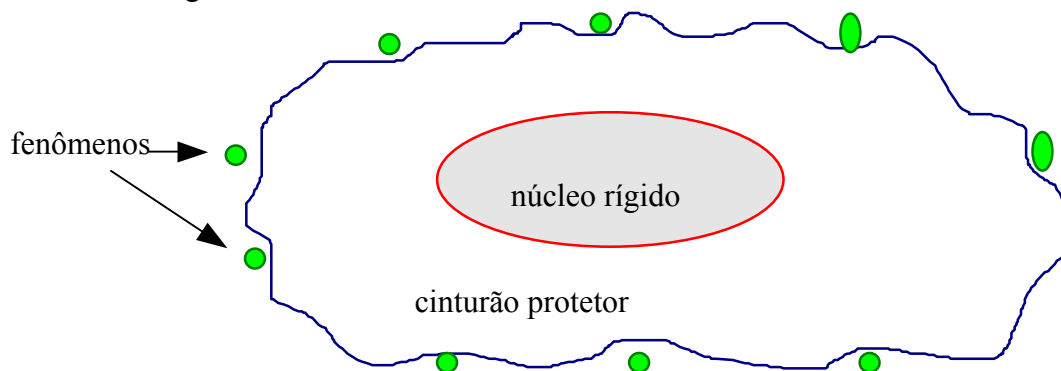
Por “uma decisão metodológica de seus protagonistas” (Lakatos 1970, p. 133), o núcleo rígido de um programa de pesquisa é “decretado” não-refutável. Possíveis discrepâncias com os resultados empíricos são eliminadas pela modificação das hipóteses do cinturão protetor. Essa regra é a heurística negativa do programa, e tem a função de limitar, metodologicamente, a incerteza quanto à parte da teoria atingida pelas “falseações”. Recomendando-nos direcionar as “refutações” para as hipóteses não-essenciais da teoria, a heurística negativa representa uma regra de tolerância, que visa a dar uma chance para os princípios fundamentais do núcleo mostrarem a sua potencialidade. O testemunho da história da ciência parece de fato corroborar essa regra, como vimos nos exemplos que demos acima. Uma certa dose de obstinação parece ter sido essencial para salvar nossas melhores teorias científicas dos problemas de ajuste empírico que apresentavam quando de sua criação.

Lakatos reconhece, porém, que essa atitude conservadora tem seus limites. Quando o programa como um todo mostra-se sistematicamente incapaz de dar conta de fatos importantes e de levar à predição de novos fenômenos (i.e., torna-se “degenerante”), deve ceder lugar a um programa mais adequado, “progressivo”. Como uma questão de fato

histórico, nota-se que um programa nunca é abandonado antes que um substituto melhor esteja disponível.

A heurística positiva de um programa é mais vaga e difícil de caracterizar que a heurística negativa. Segundo Lakatos, ela consiste “de um conjunto parcialmente articulado de sugestões ou idéias de como mudar ou desenvolver as ‘variantes refutáveis’ do programa de pesquisa, de como modificar, sofisticar, o cinturão protetor ‘refutável’.” (*op. cit.* p. 135) No caso da astronomia copernicana, por exemplo, a heurística positiva indicava claramente a necessidade do desenvolvimento de uma mecânica adequada à hipótese da Terra móvel, bem como de novos instrumentos de observação astronômica, capazes de detectar as previstas variações no tamanho aparente dos planetas e as fases de Vênus, por exemplo. Assim, o telescópio foi construído algumas décadas após a morte de Copérnico pelo seu ardente defensor, Galileu, que também principiou a criação da nova mecânica. Esta, a seu turno, uma vez formulada por Newton, apontou para um imenso campo aberto, no qual se deveriam buscar uma nova matemática, medidas das dimensões da Terra, aparelhos para a detecção da força gravitacional entre pequenos objetos, etc.

Tentando uma representação gráfica de um programa de pesquisas lakatosiano teríamos mais ou menos o seguinte:



A concepção lakatosiana de ciência envolve um novo critério de demarcação entre ciência e não-ciência. Lembremos que o critério indutivista considerava científicas somente as teorias provadas empiricamente. Tal critério é, como vimos, forte demais: não haveria, segundo ele, nenhuma teoria genuinamente científica, pois todo conhecimento do mundo exterior é falível. Também o critério falseacionista, segundo o qual só são científicas as teorias refutáveis, elimina demais: como nenhuma teoria pode ser rigorosamente falseada, nenhuma poderia classificar-se como científica.

O critério de demarcação proposto por Lakatos, por outro lado, adequadamente situa no campo científico algumas das teorias unanimemente tidas como científicas, como as grandes teorias da física. Esse critério funda-se em duas exigências principais: uma teoria deve, para ser científica, estar imersa em um programa de pesquisa, e este programa deve ser progressivo. Deixemos a Lakatos a palavra (1970, pp. 175-6):

Pode-se compreender muito pouco do desenvolvimento da ciência quando nosso paradigma de uma porção de conhecimento científico é uma teoria isolada, como ‘Todo cisne é branco’, solta no ar, sem estar imersa em um grande programa de pesquisa. *Minha abordagem implica um novo critério de demarcação entre ‘ciência madura’, que consiste de programas de pesquisa, e ‘ciência imatura’, que consiste de uma colcha de retalhos de tentativas e erros ...*

A ciência madura consiste de programas de pesquisa nos quais são antecipados não apenas fatos novos, mas também novas teorias auxiliares; a ciência madura possui ‘poder heurístico’, em contraste com os processos banais de tentativa e erro. Lembremos que na heurística positiva de um programa

vigoroso há, desde o início, um esboço geral de como construir os cinturões protetores: esse poder heurístico gera *a autonomia da ciência teórica*.

Essa *exigência de crescimento contínuo* [progressividade do programa] é minha reconstrução racional da exigência amplamente reconhecida de ‘unidade’ ou ‘beleza’ da ciência. Ela põe a descoberto a fraqueza de *dois* tipos de teorização aparentemente muito diferentes entre si. Primeiro, evidencia a fraqueza de programas que, como o marxismo ou o freudismo, são indubitavelmente ‘unificados’, e fornecem um plano geral do tipo de teorias auxiliares que irão utilizar para a absorção de anomalias, mas que invariavelmente criam suas teorias na esteira dos fatos, sem ao mesmo tempo anteciparem fatos novos. (Que fatos *novos* o marxismo *previu* desde, digamos, 1917?) Em segundo lugar, ela golpeia seqüências remendadas de ajustes ‘empíricos’ rasteiros e sem imaginação, tão freqüentes, por exemplo, na psicologia social moderna. Tais ajustes podem, com o auxílio das chamadas ‘técnicas estatísticas’, produzir algumas predições ‘novas’, podendo mesmo evocar alguns fragmentos irrelevantes de verdade que encerrem. Semelhantes teorizações, todavia, não possuem nenhuma idéia unificadora, nenhum poder heurístico, nenhuma continuidade. Não indicam nenhum programa de pesquisa, e são, no seu todo, inúteis.

4. Teorias construtivas e teorias fenomenológicas

Uma distinção importante no estudo epistemológico das teorias científicas, e que nos será útil no restante deste trabalho, é aquela entre teorias *construtivas* e teorias *fenomenológicas*. Essa distinção diz respeito à natureza das proposições da teoria, e conseqüentemente ao tipo de explicação que fornecem para os fenômenos.

Teorias fenomenológicas. Classificam-se como tais as teorias cujas proposições se refiram *exclusivamente* a propriedades e relações empiricamente acessíveis entre os fenômenos. (*Fenômeno*: aquilo que aparece aos sentidos.) Essas proposições descrevem, conectam e integram os fenômenos, permitindo a dedução de conseqüências empiricamente observáveis. Exemplos importantes de teorias fenomenológicas são a termodinâmica, a teoria da relatividade especial e a teoria da seleção natural de Darwin-Wallace.

Teorias construtivas. Em contraste com as teorias fenomenológicas, as teorias construtivas envolvem proposições referentes a entidades e processos inacessíveis à observação direta, que são postulados com o objetivo de explicar os fenômenos por sua “construção” a partir dessa suposta estrutura fundamental subjacente. Exemplos característicos desse tipo de teoria são a mecânica quântica, a mecânica estatística, o eletromagnetismo, a genética molecular e grande parte das teorias químicas.

É importante observar que essas duas categorias de teoria *não* são conflitantes, no sentido de que é possível que um mesmo conjunto de fenômenos seja tratado por duas teorias, uma fenomenológica e outra construtiva; nesse caso, a última vai além da primeira no nível explicativo, desse modo complementando-a. Há de tal situação um exemplo notável na física, que é a coexistência da termodinâmica com a mecânica estatística.

A termodinâmica, que se desenvolveu mais completamente durante a primeira metade do século 19 (principalmente pelos esforços de R. J. Mayer, J. P. Joule, S. Carnot, R. Clausius e o Lorde Kelvin), constitui desde então a teoria fenomenológica básica de todos os fenômenos térmicos, tendo atravessado incólume as amplas e profundas revoluções sofridas pela física no início de nosso século, que alteraram de modo radical as teorias acerca da estrutura íntima da matéria. Foi exatamente por ser do tipo fenomenológico que a termodinâmica não teve que ser reformulada quando essas teorias mudaram. Desde a sua criação (e, em um certo sentido, mesmo antes), porém, muitos cientistas sentiram a necessidade de buscar uma teoria construtiva para os fenômenos por ela tratados. Os primeiros passos nessa direção foram dados com o desenvolvimento da teoria cinética dos gases (cujos primórdios remontam ao século 17, com R. Boyle). A teoria final — a mecânica estatística — foi formulada por J. W. Gibbs, em 1902, após o fundamental trabalho precursor

de J. C. Maxwell e L. Boltzmann, na segunda metade do século passado. Essa teoria assume uma realidade microscópica subjacente, constituída de átomos e moléculas, regidos por certas leis mecânicas, realidade essa que seria responsável pelos fenômenos termodinâmicos, no nível observacional. Assim, por exemplo, o calor é interpretado como o efeito do movimento rápido das moléculas, a pressão de um gás como o resultado dos impactos de tais moléculas sobre as paredes do recipiente que o contém, a produção de calor por atrito é explicada pela transformação de movimento macroscópico em movimento microscópico das moléculas, etc.

Foge ao escopo de nosso trabalho a descrição e análise dos complexos procedimentos físicos e matemáticos pelos quais se pode, até certo ponto, “reduzir” a termodinâmica à mecânica estatística, ou seja, deduzir as leis da primeira a partir da ontologia e leis da segunda. Ressalvamos apenas que tal “redução” encontra limitações sérias e ainda não resolvidas satisfatoriamente, no caso da segunda lei da termodinâmica.

Apenas para fixar idéias, consideremos um exemplo simples. Verifica-se empiricamente que para uma determinada massa de um gás razoavelmente rarefeito vale a seguinte relação entre o seu volume, V , sua pressão, p e sua temperatura, T :

$$(p V) / T = \text{constante.}$$

Essa relação, puramente fenomenológica (conhecida como Lei de Boyle, Charles e Gay-Lussac), pode também ser deduzida pela mecânica estatística através das interpretações acima aludidas da temperatura e pressão em termos de movimentos moleculares, que quantitativamente se expressam como:

$$p = 1/3 d \langle v^2 \rangle, \quad T = 2/3 (1/nR) \sum_i E_c^i$$

onde d é a densidade do gás, $\langle v^2 \rangle$ é a velocidade quadrática média de suas moléculas, n é o número de moles do gás (número de moléculas dividido por 6×10^{23}), R é uma constante, e E_c^i a energia cinética da i -ésima molécula do gás (\sum_i indica a soma sobre todas as moléculas). Essas equações ilustram a relação entre grandezas macroscópicas, acessíveis empiricamente (p e T), e microscópicas, inacessíveis à observação ($\langle v^2 \rangle$ e E_c^i).

Outro exemplo importante de teoria fenomenológica é, como dissemos, a teoria da relatividade especial. Os princípios básicos dessa teoria são o *princípio da relatividade* e o *princípio da constância da velocidade da luz*. O primeiro diz que as leis físicas verdadeiras assumem a mesma forma em todos os referenciais inerciais; o segundo diz que no espaço vazio a velocidade da luz é a mesma em qualquer referencial inercial, independentemente do movimento de sua fonte. Como se nota, não há aqui nenhuma assunção acerca de entidades e mecanismos não-observáveis. Dessas leis básicas decorrem as demais leis da teoria, como por exemplo a que descreve a chamada “contração do espaço”: um corpo de comprimento L_0 em repouso em relação a um dado observador tem seu comprimento reduzido para L quando se move ao longo de seu comprimento com uma velocidade v em relativamente àquele observador, a relação entre L_0 e L sendo dada por:

$$L = L_0 [1 - (v^2/c^2)]^{1/2},$$

onde c é a velocidade da luz. Vemos aqui também que tal relação é puramente fenomenológica.

Considerada do ponto de vista filosófico, a distinção entre teorias fenomenológicas e construtivas sugere a seguinte análise. Com referência às duas principais posições epistemológicas acerca dos limites do conhecimento – realismo e anti-realismo –, notamos

que as teorias fenomenológicas, ao não incursionarem além do nível empírico, adequam-se sem qualquer ressalva aos critérios anti-realistas. As teorias construtivas, por outro lado, ao proporem entidades e processos não-observáveis, só são admitidas pelos anti-realistas se tais entidades e processos forem interpretados de modo não-realista, e não como contrapartes teóricas de uma realidade objetiva independente.

Do ponto de vista científico, tanto as teorias fenomenológicas como as construtivas têm desempenhado papéis importantes no desenvolvimento da ciência. Se, por um lado, as teorias construtivas são aparentemente mais satisfatórias quanto ao poder explicativo, as teorias fenomenológicas possuem a virtude de uma maior estabilidade ao longo da evolução da ciência. Reside nesse fato, aliás, a razão da forte impressão exercida pela termodinâmica sobre Einstein, que certamente influenciou-o na criação da teoria da relatividade especial em moldes fenomenológicos. Em suas “Autobiographical notes” (in Schilpp 1949, p. 33) ele escreveu:

Uma teoria é tanto mais admirável quanto maior for a simplicidade de suas premissas, maior o número de coisas que relaciona, e mais extensa a sua área de aplicação. Eis o porquê de minha profunda admiração pela termodinâmica clássica. É a única teoria física de conteúdo universal sobre a qual estou convencido de que, dentro do âmbito de aplicação de seus conceitos básicos, nunca será descartada.

5. A homeopatia como teoria fenomenológica

Nesta seção procuraremos mostrar que Samuel Hahnemann distinguiu, no *Organon*, dois níveis teóricos na homeopatia, um fenomenológico e outro construtivo, este último tendo como conceito central o de *princípio* ou *força vital*. Na próxima seção veremos que a homeopatia obedece aos critérios de cientificidade da moderna filosofia da ciência, quando restrita ao seu nível fenomenológico. A possibilidade de uma teoria construtiva da homeopatia será examinada na última seção deste trabalho.

Em nossa leitura de filósofo da obra fundamental da homeopatia, chamou-nos a atenção a ênfase com que Hahnemann defende, em muitas ocasiões, a preeminência e a suficiência de uma abordagem puramente fenomenológica dos processos patológicos e terapêuticos (objeto de estudo da medicina). Não podemos deixar de associar tal postura à vertente empirista da filosofia, reiniciada na época moderna por John Locke, vertente essa que se fez acompanhar, desde o início, por crescente aversão às especulações metafísicas. Essa aversão é também identificável, explícita ou implicitamente, em todo o *Organon*. A propósito da proximidade filosófica entre Hahnemann e o empirismo britânico, é significativo que tanto ele como Locke tenham expressado admiração por Sydenham (ver *Organon*, § 81). Pelo menos no caso de Locke, que aliás também era médico, é reconhecida a influência de Sydenham e outros grandes cientistas experimentalistas da época, com destaque para Robert Boyle.

Postergaremos, por enquanto, a análise da questão complexa da tensão entre essa posição anti-realista de Hahnemann e a sua proposta e defesa de uma teoria como a do princípio vital, que notoriamente extrapola o nível empírico. Restringiremos por ora nosso exame aos princípios de natureza fenomenológica da homeopatia. Ressaltamos, porém, que operamos essa desvinculação dos dois níveis teóricos da homeopatia *unicamente para fins de estudo filosófico*, sem qualquer tomada de posição quanto à conveniência ou não dessa desvinculação na prática do médico homeopata.

Busquemos então fundamentar nossa assertiva acima, acerca da posição anti-realista de Hahnemann e da distinção que reconheceu entre o nível fenomenológico e o nível construtivo da homeopatia, bem como da ênfase que pôs no primeiro, recorrendo a citações dos trechos mais significativos do *Organon*. Destacaremos as frases que marcam a sua posição filosófica; os grifos originais serão diferenciados por um ‘H’, entre colchetes.

§ 1. A mais elevada missão do médico, sua única missão, é tornar sãs as pessoas doentes — curar, como se diz.^a

^a Não é tecer os chamados sistemas a partir de idéias e hipóteses fantasiosas acerca da natureza íntima dos processos vitais e da origem das doenças no interior invisível do organismo (no que tantos médicos em busca de fama desperdiçaram suas forças e seu tempo). Nem consiste essa missão em tentar interminavelmente explicar os fenômenos patológicos e sua causa imediata, o que sempre lhe escapará. ...

Certamente já tivemos o bastante dessas fantasias pretensiosas chamadas *medicina teórica*. [H]

§ 6. O observador sem preconceitos reconhece *a futilidade das especulações metafísicas, que não podem ser verificadas por experimentos*. E não importa quão inteligente ele seja, não verá em qualquer caso de doença senão as perturbações do corpo e da alma que são perceptíveis aos sentidos: sintomas subjetivos, incidentais, objetivos; ou seja, desvios da condição saudável prévia do indivíduo agora doente que ele próprio sente, que as pessoas ao seu redor notam, que o médico nele observa.

A totalidade desses sinais perceptíveis representa a extensão completa da doença; em seu conjunto constituem sua forma verdadeira, e única concebível.^a

^a Eis porque eu não sei como se pode imaginar, junto ao leito do enfermo, que se tenha que procurar, e que se possa encontrar, o que deve ser curado unicamente no oculto e incognoscível interior do organismo humano

§ 8. Após a eliminação de todos os sintomas e sinais de doença perceptíveis, não se pode imaginar, nem demonstrar por nenhum experimento do mundo, que possa restar algo, a não ser a saúde

§ 12. ^a Como a força vital faz o organismo produzir sintomas, ou seja, *como* [H] ela faz a doença? *Tais questões não são de nenhum valor para o médico. Suas respostas sempre estarão ocultas para ele.* O Mestre e Senhor da vida revelou aos seus sentidos somente o que é *necessário e completamente suficiente* para curar as doenças.

§ 28. Uma vez que essa lei natural de cura [lei dos semelhantes] é confirmada em todos os experimentos objetivos e experiências autênticas do mundo, está estabelecida como um fato. Explicações científicas de *como ela funciona* [H] são de pouca importância, e vejo pouco valor em tentar fornecer alguma

§ 54. O método *alopático* [H] ... tem se expressado em formas amplamente variáveis, chamadas “sistemas”. Ao seu tempo, cada um desses sistemas foi sucedido por outro completamente diferente, e cada um deles teve a honra de ser chamado *medicina racional* [H].^a

Cada um dos fundadores desses sistemas pretensiosamente alegou que podia penetrar e entender a essência íntima da vida humana na saúde e na doença

^a *Como se uma ciência que deve ser fundamentada unicamente na observação dos fenômenos naturais pudesse ser alcançada por meio de especulações ocas e argumentos escolásticos!*

§ 70. Nas doenças tudo o que o médico pode encontrar que é realmente patológico e precisa ser curado consiste exclusivamente da condição e queixas do paciente e de todas as alterações de sua saúde perceptíveis aos sentidos — numa palavra, da totalidade dos sintomas, através da qual a doença pede o remédio correto que a cure. Por outro lado, *toda assim chamada causa íntima da doença, toda condição oculta, toda substância patológica material imaginária é um sonho vazio.*

§ 100. ... Em qualquer caso o médico deve considerar a imagem verdadeira de toda epidemia como sendo nova e desconhecida, e deve examiná-la completamente como ela é em todos os seus detalhes, se quiser ser um *médico verdadeiro e completo, que jamais troca a observação pela adivinhação*

§ 144. Toda conjectura, tudo o que for meramente asserido ou inteiramente fabricado, deve ser completamente excluído dessa matéria médica; nela tudo deve ser a pura linguagem da Natureza, cuidadosa e honestamente interrogada.

6. A homeopatia como disciplina genuinamente científica

Havendo colhido em Hahnemann subsídios para a tese de que a homeopatia possui um nível teórico fenomenológico autônomo, procuraremos agora confrontá-la, *enquanto restrita a esse*

nível, aos critérios de cientificidade modernos, em particular aos estabelecidos por Lakatos, sobre os quais falamos na seção 3.

Uma observação preliminar quanto ao caráter científico da homeopatia se faz necessária; refere-se não só a ela, mas à medicina em geral. Com justas razões, a medicina tem sido, desde a Antigüidade, considerada uma *arte*, uma *prática* ou *técnica*, com o objetivo bem definido de promover a cura dos doentes. Quando se pensa, pois, em comparar a medicina a uma ciência, deve-se ter em conta que o que está em consideração é, propriamente falando, antes o *conhecimento* dos processos patológicos e terapêuticos que subjazem à sua dimensão prática do que essa prática ela mesma. É claro que, por extensão, em um sentido menos restrito o termo ‘ciência’ pode ser aplicado à própria prática, caso se verifique ser científico o conhecimento em que se apóie. Esse uso amplo do termo é, aliás, comumente aplicado às técnicas e práticas que se embasam no conhecimento das demais ciências, como por exemplo quando se diz ser a engenharia ‘científica’, porque se apóia nas teorias científicas da física.

Vimos na seção 3 que a concepção moderna de ciência reconhece como científicas as teorias que se insiram em um programa de pesquisa empiricamente adequado e progressivo. Conforme propõe Lakatos, um tal programa tem como ingredientes básicos um núcleo rígido de princípios teóricos fundamentais, complementado por um cinturão protetor de princípios auxiliares, destinado a estabelecer a ligação do núcleo com a realidade empírica. O programa envolve ainda certas regras metodológicas, as heurísticas positiva e negativa. A heurística negativa recomenda a manutenção do núcleo inalterado ao longo do desenvolvimento do programa; os ajustes empíricos que se mostrem necessários devem ser feitos mediante modificações do cinturão protetor. Por outro lado, a heurística positiva consiste de prescrições, nem sempre explícitas, de como se devem efetuar essas modificações nas hipóteses subsidiárias do programa.

Considerando agora a homeopatia, tal qual se encontra codificada no *Organon*, e tomada em seu nível fenomenológico, observamos que traz em si as características acima indicadas, essenciais a um programa de pesquisa lakatosiano. As questões do ajuste empírico e da progressividade do programa não serão aqui abordadas, por caberem aos especialistas médicos. Estaremos, no entanto, assumindo esse ajuste e essa progressividade.²

Retomando a questão da estrutura do programa homeopático, vejamos, em breves linhas, em que consiste cada um de seus elementos.

Núcleo rígido. Todo o programa homeopático desenvolve-se em torno de uma lei fundamental, a que Hahnemann chegou por indícios sugeridos por várias observações, entre as quais se incluem as referentes aos efeitos da sobreposição de várias enfermidades naturais (§§ 34 a 51), bem como as observações de von Haller sobre os efeitos das substâncias sobre as pessoas sãs (§ 108 a). Essa lei básica — a chamada *lei da cura* — se encontra expressa em vários pontos do *Organon*. Vejamos esta sua formulação sumária no § 70:

A única terapia eficaz é [a homeopática, que] usa em doses apropriadas contra a *totalidade dos sintomas* [H] de uma doença natural um remédio capaz de produzir na pessoa sã sintomas tão similares a eles quanto possível.

Observemos, pois, que a lei básica que constitui esse núcleo pode ser analisada em três subleis:

1. Lei dos semelhantes (§§ 22 a 28);

² Ver Marim 1988 e 1992 para estudos experimentais recentes sobre a ação dos medicamentos homeopáticos.

2. Lei da totalidade dos sintomas (§§ 6, 7, 18, 22, 58 e 67); e
3. Lei da experimentação na pessoa sã (§§ 21, 108 e 135).

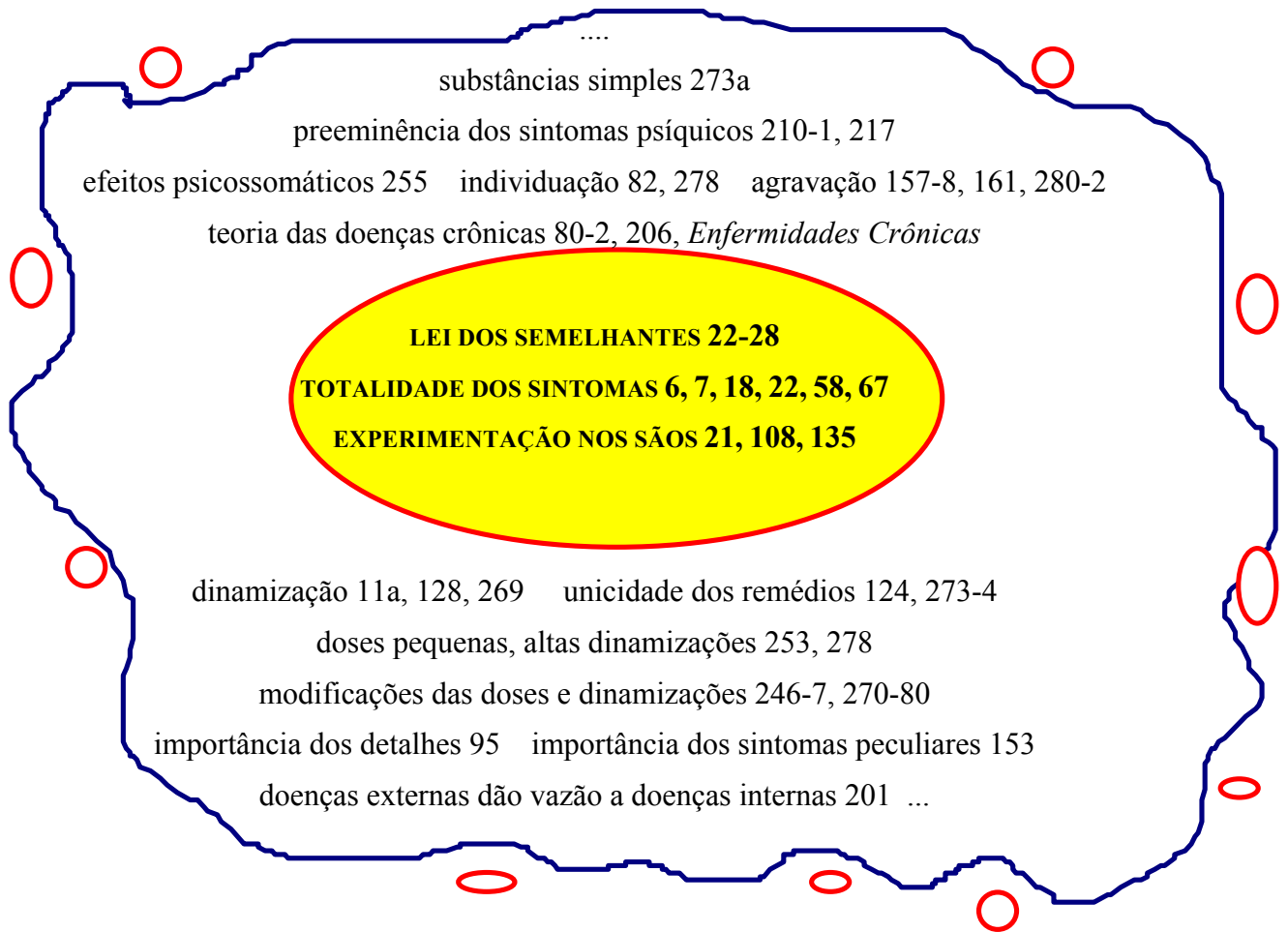
Heurística negativa. Os princípios nucleares acima foram mantidos inalterados por Hahnemann, mesmo diante de seu imperfeito ajuste empírico inicial. A insistência de Hahnemann em manter o núcleo foi de vital importância para o desenvolvimento do programa; o próprio cientista nos dá notícias de sua equilibrada obstinação no § 109:

Fui o primeiro a seguir este caminho [o homeopático]. E minha firmeza de propósito surgiu e sustentou-se somente porque estava completamente convencido da grande verdade de que o uso homeopático dos remédios era o único modo certo pelo qual é possível curar as doenças humanas, e da bênção que representava para a Humanidade.

Heurística positiva. Hahnemann reconheceu que suas investigações iniciais, que giravam em torno do referido núcleo de leis básicas, apresentava certos problemas de ajuste, como a aparição de efeitos colaterais, a recorrência dos sintomas, etc. Buscou então solucionar tais problemas alterando as hipóteses subsidiárias do programa, notadamente as referentes à dinamização e dosagem, e, mais tarde, com o acréscimo da teoria das enfermidades crônicas.

Cinturão protetor. O cinturão protetor da homeopatia consiste de diversas leis auxiliares, expostas de modo claro no *Organon*. Sua maior ou menor proximidade do núcleo, ou seja, seu caráter mais ou menos fundamental, só pode ser determinado pelo cientista médico. Por essa razão, alertamos para o caráter puramente ilustrativo da estrutura que proporemos a seguir para esse cinturão. Devemos ainda observar que a fronteira entre as leis do núcleo e as do cinturão não é absoluta ou completamente nítida. Assim, ao longo do desenvolvimento do programa certas leis que no princípio eram tidas como secundárias podem eventualmente mostrar-se mais fundamentais, ou vice-versa. Notemos, por fim, que todos os princípios enumerados são de ordem fenomenológica.

FENÔMENOS (fisiológicos, patológicos, medicinais...)



7. A possibilidade de uma teoria construtiva da homeopatia

Tendo argumentado a favor do caráter científico da homeopatia, enquanto teoria fenomenológica, bem como da suficiência e da legitimidade filosófica e científica de tal teoria, analisaremos agora a proposta hahnemanniana de uma teoria complementar de tipo construtivo, a partir da qual a teoria homeopática fenomenológica possa ser explicada.

Da inspeção das citações do *Organon* na seção 5 parece natural inferir-se que a postura de Hahnemann diante da tarefa da elaboração de uma teoria homeopática construtiva oscilava entre o desinteresse e o desdém. Tal atitude claramente firmava-se em um ceticismo anti-realista, já que as entidades e mecanismos envolvidos numa tal teoria por princípio escapariam à possibilidade de verificação empírica direta.

Evidentemente, o compromisso de Hahnemann com essa visão filosófica coloca-nos diante do difícil problema de entender por que ele próprio buscou elaborar uma teoria construtiva para a homeopatia, e isso na mesma época e nos mesmos textos em que explicitou aquele compromisso.

A análise dessa questão envolve investigações históricas, metodológicas, filosóficas e psicológicas, fugindo ao escopo deste artigo. Apenas mencionamos, a título de especulação, que parece haver uma ligação entre a crítica anti-realista de Hahnemann e seu superlativo descontentamento com as teorias médicas de seu tempo, que de um modo ou de outro

remetiam a entidades extra-sensíveis. Todavia, mesmo que essa sugerida ligação psicológica se possa de fato fundamentar, permanece sem explicação a tensão filosófica objetiva que constitui o cerne do problema em foco.

É importante notar, porém, que mesmo que se conclua pela impossibilidade de uma solução satisfatória para esse problema — o que indicaria uma inconsistência filosófica no *pensamento* hahnemanniano —, não ficaria por isso comprometida a consistência filosófica e a legitimidade científica das *teorias homeopáticas* desenvolvidas por Hahnemann, tanto a fenomenológica como a construtiva. Conforme vimos anteriormente, não há nada errado, tanto do ponto de vista filosófico como do científico, em se defender simultaneamente: 1) a autonomia e a primazia de uma teoria puramente fenomenológica para um dado domínio do conhecimento; e 2) a conveniência da complementação dessa teoria por uma teoria construtiva.

Ora, como uma questão de fato, Hahnemann *efetivamente* manteve ambas essas posições, e agiu de acordo com elas, contrariamente às suas manifestações verbais, quiçá de forte conteúdo retórico e emocional, e portanto exorbitantes. Parece que estamos aqui diante de mais uma situação na qual se aplica a regra historiográfica de Einstein, que recomenda que se quisermos aprender algo sobre um determinado cientista não devemos examinar o que ele diz que faz, mas as suas próprias ações.

Exporemos agora, em linhas gerais, a teoria construtiva hahnemanniana da homeopatia, que, como se sabe, tem como conceito básico o de *força* ou *princípio vital*. Ressaltamos mais uma vez que o nosso interesse aqui é filosófico, e não médico, o que justifica os recortes que faremos no textos de Hahnemann.

No *Organon*, a primeira menção da força vital ocorre na nota ao parágrafo 6. Paradoxalmente, é justamente neste parágrafo que o autor repudia as “especulações metafísicas” sobre os processos patológicos inapreensíveis aos sentidos, e peremptoriamente assevera que “a totalidade [dos] sinais perceptíveis representa a extensão completa da doença; em seu conjunto, constituem sua forma verdadeira, e única concebível”. Vem então a nota. Após o seu trecho inicial, que transcrevemos na seção 5, surge esta afirmação:

No que diz respeito ao médico, não é o que se revela aos sentidos como sintomas a doença ela mesma? Ele nunca pode ver o elemento imaterial, a força vital que causa a doença. Ele não precisa vê-la; para curar necessita apenas ver e entender seus efeitos mórbidos.

Ora, essa passagem é efetivamente singular. Primeiro, a afirmação do parágrafo sobre a verdadeira e única forma concebível da doença como sendo *constituída* pelo conjunto dos sintomas é contraditada, ou pelo menos enfraquecida, relativizada ao “que diz respeito ao médico”. Essa é uma alteração fundamental. Depois, evoca-se uma entidade explicitamente dada como em princípio não-perceptível, para desempenhar um papel-chave na teoria médica, a saber o da causa das doenças. Como se sabe, tal entidade — a força ou princípio vital (Hahnemann usa os dois termos como sinônimos) — comparece, a partir desse parágrafo, em todo o restante do *Organon*, apesar da reiteração aqui e ali da crítica ainti-realista de que já tratamos.

Conforme se lê nos parágrafos 9, 10 e 15, a força vital é entendida como aquilo que “dá vida” (10, 15), “anima” (9), “mantém” o organismo material humano (10); que “mantém as sensações e atividades do organismo em harmonia” (9); que desempenha um papel essencial na percepção e nas ações do corpo (10).

Essas funções que Hahnemann atribui ao princípio vital haviam sido, algumas vezes, desde Aristóteles, atribuídas à própria alma. Mas Hahnemann concebe a alma ou espírito como o ser pensante que habita o corpo (ver, por exemplo, o parágrafo 9), distinto portanto do princípio vital. Quando diz que o princípio vital não é material não se deve pois concluir —

como fariam os dualistas — que é espiritual. Note-se que Hahnemann nunca faz tal inferência; o que ele diz é que o princípio vital é “como-espírito” (*spirit-like*, na tradução inglesa que utilizamos), o que é diferente de “espiritual”.

Em um outro aspecto, o caráter ontológico do princípio vital não está claramente definido no *Organon*: não é evidente se Hahnemann o entendia como substância ou como acidente, para usarmos as categorias aristotélicas. Ou seja, se é uma “coisa” ou uma propriedade de uma coisa; se é algo que subsiste por si próprio ou se sua existência está subordinada à existência de alguma outra coisa. (Exemplificando: a água é usualmente entendida como uma substância; sua fluidez, sua temperatura, etc. são seus acidentes ou qualidades.)

Há muitas passagens em que Hahnemann parece efetivamente atribuir um caráter substancial à força vital, como por exemplo o já citado trecho da nota ao § 6: “[O médico] nunca pode ver o *elemento* imaterial, a força vital ... “. Ou o parágrafo 10: “Somente através do *ser* imaterial (princípio vital, força vital) que anima [o corpo] na saúde e na doença pode ele sentir e manter suas funções vitais.” Aparentemente, essa interpretação substancialista é a que casa de modo mais natural com o conjunto das assertivas de Hahnemann envolvendo o princípio vital. (Confrontar, por exemplo, os muitos pontos em que diz que o princípio vital “sente” a ação dos agentes patológicos naturais ou artificiais.) Deixemos aqui essa complexa questão, porém não sem antes fazer notar que ambigüidades ontológicas semelhantes também estão presentes em alguns dos conceitos básicos de nossas melhores teorias científicas, como por exemplo nos conceitos de força da física.

Isso quanto à ontologia. Quanto ao nosso *conhecimento* do princípio vital, Hahnemann mantém que se trata de algo inapreensível pelos sentidos, e que só se dá a conhecer “por seus efeitos sobre o organismo” (§ 11). A esse respeito, surge como significativo o paralelo traçado na nota ao parágrafo 11 entre a força vital e as forças físicas de ação remota conhecidas à época, a força gravitacional e a força magnética. Com essa comparação Hahnemann se propõe a elucidar duas características da força vital:

1. Ela só se faz conhecer por seus efeitos. Aqui a comparação com as mencionadas forças é claramente apropriada. Forças são entidades teóricas não-observáveis por excelência, postuladas como causas de efeitos perceptíveis empiricamente, como o movimento e as deformações nos corpos.

2. Ela não é uma ação material ou mecânica. Aparece aqui uma dificuldade. A julgar pelo uso de sua época, Hahnemann entendia por ação “material” ou “mecânica” uma ação por contato, como a que se verifica quando do impacto de dois corpos, da tração por uma corda, etc. Ora, era então um ponto em aberto, e objeto de muita discussão, o caráter mecânico ou não das forças gravitacional e magnética. Descartes brilhantemente sustentou, no século 17, a tese segundo a qual tais forças (e quaisquer outras) deveriam em última instância ser explicadas pela ação de forças de contato entre corpos materiais. Para os defensores dessa posição, a ação à distância entre dois corpos era inaceitável, por ininteligível e absurda. Na medida, porém, em que se foram evidenciando as limitações dos modelos mecânicos cartesianos, muitos seguiram os passos de Newton. Estava plenamente convencido da impossibilidade da ação à distância, e fez ele mesmo tentativas de explicação mecânica da força gravitacional. Como, porém, nenhuma lhe pareceu satisfatória, absteve-se de apresentá-las em público, sendo a propósito disto que disse sua frase famosa: “Hypotheses non fingo”.³ Diante disso, Newton

³ Isolada deste contexto, conforme muitas vezes é vista, essa afirmação de Newton de que não fazia hipóteses tem levado a uma distorção séria da compreensão de sua concepção da atividade científica.

priorizou o estudo dos *efeitos* da força de gravitação, sendo aí que realizou as suas extraordinárias contribuições. Essa situação acabou, ao longo das décadas, por fazer mais aceitável a concepção não-mecânica da força gravitacional, e, por extensão, das forças em geral. Entre os que a adotaram, estava o criador da homeopatia, conforme aprendemos da nota ao parágrafo 11 do *Organon*. A controvérsia sobre a natureza das forças perdura até hoje. O paralelo traçado por Hahnemann entre a força vital e as forças gravitacional e magnética era e continua sendo problemático. Para os nossos propósitos aqui, porém, o que é importante é a afirmação de Hahnemann de que a força vital não é de natureza mecânica, não envolvendo o contato de corpúsculos materiais. Essa tese é defensável em princípio.

Do ponto de vista da ciência médica, o que há de mais relevante no conceito de força vital é o seu papel na gênese e tratamento das enfermidades. Hahnemann situa a causa das doenças no desajuste ou desarmonia da força vital, conforme sugere o já citado trecho da nota ao parágrafo 6, e se explicita mais no parágrafo seguinte:

Assim, a totalidade dos sintomas, *a imagem externa que expressa a essência interna da doença, i.e., da força vital perturbada*, é que deve ser o meio principal, e mesmo único, pelo qual a doença nos permite encontrar o remédio necessário ...⁴.

Observemos que, mais uma vez, mudou a concepção de doença, em relação à que aparentemente se encontra nos trechos citados na seção 5. As manifestações externas não mais *constituem* a doença, mas apenas representam a sua face perceptível, através da qual o remédio poderá ser determinado; a “essência” da doença reside na perturbação da invisível força vital que confere vida, sensação e movimento ao corpo.

Vejam os ainda algumas outras passagens em que essa concepção de doença é reafirmada. No parágrafo 8, criticando as idéias materialistas de um certo Hufeland, Hahnemann diz:

Ele ainda não pode conceber [a doença] como um estado de ser do organismo dinamicamente desajustado por uma força vital perturbada

No parágrafo 11 o ponto é exposto novamente, desta vez com a importante afirmação adicional de que o desajuste da força vital é produzido, a seu turno, pela ação “dinâmica” de agentes patogênicos hostis:

Quando o homem cai enfermo, inicialmente é apenas essa força vital (princípio vital) como-espírito, auto-sustentável, presente em todo o organismo, que é desajustada pela influência dinâmica do agente patogênico hostil.

É somente essa força vital desse modo desajustada que faz surgir no organismo as sensações desagradáveis e anomalias de funções a que chamamos *doença*.

E no parágrafo 12 de novo Hahnemann afirma que a doença propriamente dita consiste no desajuste da força vital, sendo apenas *revelada* pelos sintomas:

É somente a força vital patologicamente desajustada que causa as doenças.

As manifestações patológicas acessíveis aos nossos sentidos expressam todas as alterações internas, i.e., toda a perturbação patológica da *dynamis*: elas revelam toda a doença.

Quanto à terapia, Hahnemann mantém, coerentemente com essa visão das enfermidades, que o restabelecimento da saúde não pode ser alcançado senão por uma ação sobre a força vital desajustada. Ademais, tal ação tem de ser “dinâmica”, e não química, mecânica, material. Ao longo da referida comparação da força vital com as forças magnética e gravitacional nosso autor afirma:

⁴ Parágrafo 7. Nesta citação e nas que se seguem todos os destaques são de Hahnemann.

Do mesmo modo, a força dinâmica com a qual as influências patogênicas agem sobre indivíduos sãos e a força *dinâmica* através da qual os remédios agem sobre o princípio vital para restaurar a saúde não são nada senão um contágio destituído de qualquer aspecto material ou mecânico.

E um pouco mais abaixo:

A ação dos remédios sobre as pessoas vivas há de ser julgada de um modo similar. As substâncias naturais que se mostraram ser medicinais o são unicamente em virtude de seu poder (específico para cada uma delas) de modificar o organismo humano por um efeito dinâmico, como-espírito (transmitido através do tecido vivo sensitivo), sobre o princípio vital como-espírito que governa a vida.

Ainda nessa mesma nota ao parágrafo 11 Hahnemann aprofunda a teoria, introduzindo o mecanismo através do qual essa força dinâmica do remédio pode ser desenvolvida: o processo de trituração, diluição e sucussão a que denominou de *dinamização* ou *potentização*:

Quando prescrita, a mais diminuta dose de um remédio apropriadamente dinamizado ... exerce *muito* mais poder curativo do que doses materiais fortes do mesmo remédio. Essa dose muito sutil, que não contém quase nada além da força medicinal como-espírito solta e liberada, pode, unicamente por seu poder *dinâmico*, produzir resultados impossíveis de serem obtidos com substâncias medicinais não-refinadas, mesmo em doses maciças.

A força medicinal invisível específica desses remédios altamente potencializados não depende de seus átomos materiais ou de suas superfícies físicas — idéias que são o produto de teorizações inúteis e ainda materialistas sobre o poder mais elevado dos remédios potencializados. No diminuto glóbulo impregnado ou em sua solução o que se deve encontrar é, pelo contrário, a energia invisível da substância não-refinada solta e liberada em sua mais ampla extensão. Ao contato com o tecido vivo, essa força medicinal age dinamicamente sobre o organismo inteiro de uma maneira específica, sem lhe comunicar a menor partícula material, não importa quão sutil; e o faz mais e mais poderosamente na medida em que se torna mais livre e menos material por uma progressiva dinamização.

Assim, a força como-espírito das substâncias medicinais é “liberada” através do processo de potencialização, permanecendo de algum modo “retida” na solução ou glóbulo. Ao entrar em contato com o organismo vivo, essa força age sobre a força vital que o anima, e sua ação se faz sentir em toda a sua extensão. No parágrafo 16, Hahnemann é mais específico, e diz que é o tecido nervoso em particular que “sente” a ação da força como-espírito do medicamento:

O médico pode remover tais desajustes patológicos (doenças) somente agindo sobre a nossa força vital como-espírito com remédios que possuam efeitos igualmente dinâmicos, como-espírito, que sejam percebidos pela sensibilidade nervosa presente em todas as partes do organismo.

Esse princípio é retomado e aplicado no parágrafo 272, onde Hahnemann indica que a diluição do glóbulo em água tem o efeito de possibilitar a ação do remédio sobre um maior número de terminações nervosas, tornando-se assim mais intensa.

Já vimos anteriormente que, segundo Hahnemann, a força vital só pode ser apreendida por seus efeitos. No parágrafo 20, esse ponto é estendido à força como-espírito dos remédios:

É impossível reconhecer unicamente através dos esforços do intelecto a própria força como-espírito, que, oculta na essência íntima dos remédios, confere-lhes o poder de mudar a maneira em que as pessoas se sentem e assim curar as doenças. Somente por seus efeitos sobre a economia humana é que podemos experimentá-la e percebê-la claramente.

No parágrafo seguinte o autor reforça essa assertiva, e prossegue desenvolvendo a teoria, estabelecendo que quando tivermos por objetivo aplicar *terapeuticamente* a força como-espírito das substâncias essa investigação de seus efeitos deverá conduzir-se sobre indivíduos sãos.

Para nossas análises ulteriores, é importante determo-nos um pouco mais sobre o processo de dinamização dos medicamentos, descrito detalhadamente no parágrafo 269, que passamos a transcrever integralmente, junto com trechos de suas notas:

Para seu objetivo especial e por seu procedimento próprio especial, nunca tentado antes de meu tempo, a homeopatia desenvolve os poderes medicinais internos, como-espírito, das substâncias não-refinadas a um grau até agora nunca visto, e torna-as todas superlativamente e mesmo imensuravelmente penetrantes, ativas e eficazes, *mesmo as que no estado não-refinado não produzem o mais leve efeito sobre o organismo humano.*^a

Essa admirável transformação das propriedades dos corpos naturais pela ação mecânica de trituração e sucussão sobre suas mais ínfimas partículas (*enquanto se encontram dispersas em uma substância inerte seca ou líquida*) desenvolve os poderes *dinâmicos* latentes antes imperceptíveis e que estavam como que dormindo ocultos nelas.^b Tais poderes afetam seletivamente o princípio vital da vida animal.^c Esse processo é chamado *dinamização* ou *potentização* (desenvolvimento dos poderes medicinais), e cria o que chamamos *dinamizações* ou *potências* de diferentes graus.^d

Na nota *a*, após considerar que as várias alterações nas qualidades dos corpos produzidas por atrito (calor, cheiros, etc.) manifestam-se somente em um nível físico, sem vida, acrescenta Hahnemann que o processo que descobriu

é uma lei da Natureza, pela qual forças fisiológicas e patogênicas capazes de alterar a saúde de organismos vivos são geradas na substância não-refinada de um remédio através da trituração e da sucussão, mesmo em uma substância nunca antes verificada como sendo medicinal, contanto que seja difundida em proporções fixas em um meio inerte, não-medicinal. Essa lei maravilhosa, que é física, porém mais especialmente fisiológica e patogenética, não era conhecida antes de mim.

Na nota *b*, Hahnemann descreve o processo de magnetização do aço, comparando-o ao processo de dinamização:

De modo semelhante, pela trituração de uma substância e sucussão de sua solução (*dinamização, potentização*) as forças que nela jazem ocultas são desenvolvidas e descobertas mais e mais, e o próprio material é espiritualizado, se pudermos usar tal expressão.

Hahnemann expõe, na nota *c*, sua opinião de que os poderes das substâncias dinamizadas afetam exclusivamente os seres vivos:

Portanto, essa transformação é o aumento e maior desenvolvimento apenas do poder que tais corpos naturais têm de afetar seres humanos e animais em seu *estado de saúde* quando, em sua condição refinada, tocam ou se aproximam estreitamente do tecido vivo sensitivo (pela ingestão ou pela inalação), do mesmo modo que um ímã ... produz em uma agulha de aço próxima ou que toque seu pólo apenas magnetismo, sem alterar o aço em quaisquer de suas outras propriedades físicas ou químicas. E assim como o ímã não produz nenhuma mudança em outros metais, como o bronze, também os remédios dinamizados não afetam coisas sem vida.

Finalmente, na nota *d* Hahnemann ressalta que a ação mecânica (trituração ou sucussão) é imprescindível para que o desenvolvimento das forças medicinais das substâncias ocorra, não bastando a simples diluição:

Todos os dias ouvimos referirem às potências medicinais homeopáticas como se fossem *meras diluições*, enquanto que na verdade trata-se bem do oposto: a trituração e a sucussão destravam as substâncias naturais, descobrem e revelam os poderes medicinais específicos que jazem ocultos em sua alma. O diluente não-medicinal é apenas um *fator auxiliar, não obstante indispensável*.

A simples diluição de, por exemplo, um grão de sal, resulta em apenas água pura. O grão de sal desaparece ao ser diluído em uma vasta quantidade de água e nunca se torna por esse processo o sal medicinal que nossas dinamizações adequadamente conduzidas elevaram a tão maravilhoso poder.

Mais um princípio importante é exposto no parágrafo 17:

A cura, que é a eliminação de todos os sinais e sintomas perceptíveis da doença, significa também a remoção das modificações internas da força vital que estão por detrás deles: desse modo a doença completa terá sido destruída.

Conseqüentemente, o médico tem apenas que eliminar a totalidade dos sintomas para remover simultaneamente a alteração interna, o desajuste patológico do princípio vital, por esse meio removendo e aniquilando *a própria doença*.

Esse princípio, segundo o qual a eliminação da totalidade dos sintomas significa a eliminação do distúrbio da força vital, parece decorrer da parte da teoria já firmada até aqui.

Se não existem os efeitos, não existe a causa, pois se ela existisse, continuaria produzindo os efeitos. Note-se também que isso explica, dentro do contexto da teoria construtiva em análise, a própria possibilidade da ação do médico. Efetivamente, não tendo acesso direto à força vital por nenhum meio racional ou empírico, o médico nunca seria capaz de atuar sobre ela para promover o seu reajuste se não lhe bastasse para tanto descobrir empiricamente, e empregar, os meios que levam à erradicação dos sintomas, efeitos do seu desajuste.

Na nota *a* desse parágrafo 17 aparece outro princípio relevante: a ação da “imaginação” (e portanto da mente ou espírito) sobre a força vital:

É possível criar uma doença muito grave agindo-se sobre o princípio vital através do poder da imaginação, assim como curá-la por esse meio.

Passemos, por fim, à importante e intrigante explicação proposta por Hahnemann de como os remédios operam a cura, ou seja, de como funciona a lei básica do núcleo fenomenológico da homeopatia. Essa explicação encontra-se exposta nos parágrafos 29, 34, 45, 69, 148 e 155, entre outros.

Não podemos deixar de observar que antes de iniciar a exposição dessa explicação Hahnemann adverte, no princípio do parágrafo 28 (ver citação na seção 5), que esse tipo de explicação é “de pouca importância”, e que ele vê “pouco valor em tentar alguma”. Tal afirmação, que parece estranha dado o fato de que ele próprio vai a seguir elaborar cuidadosamente uma teoria da ação dos medicamentos homeopáticos com base no conceito não-empírico de força vital, pode, como já apontamos, ser entendida como simplesmente uma manifestação explícita do reconhecimento da autonomia e suficiência da teoria fenomenológica da homeopatia.

É ainda digno de nota que imediatamente após essas palavras Hahnemann acrescente: “No entanto, a [explicação] que se vai seguir mostra-se como a mais provável, porque se funda na experiência”. Ora, como a explicação proposta envolve incursões extensas além do nível empírico, deve-se entender essa assertiva de Hahnemann apenas no sentido de que a teoria formulada é empiricamente adequada, ou seja, dá conta dos fenômenos.

Simplificadamente, a explicação é a seguinte: A força vital como-espírito da substância medicinal, que produz na pessoa sã sintomas similares aos do enfermo, produz neste último uma doença artificial semelhante à sua doença natural. Sendo mais forte, a primeira sobrepuja a segunda, que então não mais é sentida pela força vital do doente, e portanto deixa de existir para ela. Resta então a doença artificial; mas esta é de curta duração, e logo desaparece por si mesma, do que resulta a condição saudável para o paciente.

Vejamos como o próprio Hahnemann expõe essa proposta no parágrafo 29, que transcrevemos na íntegra, juntamente com parte de sua nota:

Qualquer doença que não seja exclusivamente um caso cirúrgico consiste de um desajustamento dinâmico patológico dos sentimentos e das funções em nossa força vital (princípio vital).

Assim, na cura homeopática esse princípio vital, que foi desajustado dinamicamente pela doença natural, é *dominado* por uma doença artificial similar e mais forte, pela administração de um remédio potencializado acuradamente escolhido pela similaridade de seus sintomas.

Conseqüentemente, a doença dinâmica natural (mais fraca) é extinta e desaparece. Daí em diante ela não mais existe para o princípio vital, que está controlado e ocupado somente pela doença artificial mais forte. Esta, a seu turno, enfraquece até desaparecer, de modo que o paciente fica livre e curado.^a Assim liberta, a *dynamis* pode de novo manter o organismo saudável.

Essa explicação, que é a mais provável, está baseada nas proposições que se vão seguir. [O restante do *Organon*?]

^a A força vital se livra muito mais facilmente das doenças artificiais do que das naturais, embora as primeiras sejam mais fortes, porque os agentes patogênicos, chamados remédios, que produzem as doenças artificiais têm uma ação breve.

O parágrafo 34 enfatiza a necessidade de a doença artificial possuir “a maior semelhança possível com a doença natural em tratamento”.

O parágrafo 45 repete e complementa a explicação do parágrafo 29, que acabamos de transcrever:

Não é difícil entender por que a [doença semelhante] mais forte destrói a mais fraca: tem uma ação semelhante, e devido à sua predominância, domina precisamente aquelas partes do organismo até então afetadas pela doença mais fraca, que desaparece, já que não pode mais agir.

Em outros termos, tão logo o novo agente patogênico, similar ao primeiro, porém mais forte, domina as sensações do paciente, o princípio vital, em virtude de sua unidade, não mais pode sentir o [agente patogênico] similar mais fraco; ele está extinto, não mais existe, visto que nunca é algo material, mas apenas uma afecção dinâmica (como-espírito). O princípio vital permanece, portanto, afetado (embora apenas passageiramente) exclusivamente pela nova força patogênica do remédio, semelhante, porém mais forte [que a doença natural].

O parágrafo 69 é destinado a explicar, em termos da teoria construtiva da homeopatia, o fato empírico (ver § 23) da inoperância e efeitos negativos do tratamento enantiopático. Para nós interessa agora mais particularmente o que se lê na nota *a* desse parágrafo:

Em pessoas vivas, sensações conflitantes ou opostas não são definitivamente neutralizadas como podem neutralizar-se substâncias com propriedades opostas no laboratório de química, onde, por exemplo, ácido sulfúrico e potassa se unem para formar um composto inteiramente diferente, um sal neutro, que não é nem inteiramente alcalino, nem ácido, e que mesmo no fogo não se separa novamente. Conforme dissemos, essas fusões perfeitas que produzem algo novo e estável nunca têm lugar em nosso aparelho sensorio, nele dissolvendo impressões dinâmicas opostas. Há apenas uma aparência de neutralização e aniquilação mútua durante um certo tempo; as sensações antagônicas não se cancelam uma à outra permanentemente.

Vejamos agora a reapresentação feita no parágrafo 148 da teoria em análise:

A doença natural nunca deve ser tida como uma *substância* nociva residindo em algum lugar dentro ou fora do homem, mas como algo produzido por um poder hostil como-espírito que, como que por um tipo de infecção, perturba o princípio vital como-espírito em seu controle instintivo de todo o organismo, atormenta-o como um mau espírito, e força-o a produzir no fluxo da vida dores e desordens particulares chamadas doenças (sintomas).

Se se faz o princípio vital parar de sentir a ação desse agente hostil que luta para causar e perpetuar a desordem, i.e., se o médico age no paciente com um agente patogênico artificial (remédio homeopático) que possa desajustar patologicamente o princípio vital do modo mais semelhante possível [do que o faz o agente patogênico natural], e que mesmo na menor das doses é sempre mais enérgico que a doença natural similar, então durante a ação dessa doença artificial semelhante e mais forte, aquele sentimento do agente patogênico natural torna-se perdido para o princípio vital; desse momento em diante, o problema não mais existe para ele, e está aniquilado.

E, por fim, encontramos no parágrafo 155 este trecho:

Quando esse remédio homeopático mais apropriado é usado, somente os sintomas medicinais do remédio que correspondem aos sintomas da doença [natural] agem; eles suplantam estes últimos (que são mais fracos) no organismo, i.e., na sensação do princípio vital, e *os aniquilam por os excederem*.

Concluimos aqui a nossa exposição sumária da teoria construtiva proposta por Hahnemann para a homeopatia. Haveria ainda muitos detalhes a fornecer, por exemplo sobre as etapas do processo de dinamização, a dosagem, a agravação, as enfermidades agudas e crônicas, etc. Mas o que expusemos até aqui já possibilita a visualização dos elementos centrais da teoria. A partir deles, podemos estabelecer algumas conclusões gerais sobre a sua natureza, entre as quais destacaríamos:

1. Trata-se de uma teoria bem articulada, que cobre o conjunto das leis fenomenológicas básicas. (Hahnemann desenvolve as explicações construtivas ao mesmo tempo em que apresenta e analisa as leis fenomenológicas.)

2. É uma teoria qualitativa. Ademais, se se der por certo o princípio que Hahnemann apresenta na nota *c* do parágrafo 269, ou seja, que os medicamentos homeopáticos não agem sobre coisas sem vida, não será possível torná-la quantitativa, já que os instrumentos de medida, não tendo vida, não poderão nunca detectar e medir o elemento como-espírito dos medicamentos e dos organismos.

3. As leis básicas dessa teoria conflitam de modo claro com as leis e visão do mundo da física clássica.

4. Muitas das inferências feitas ao longo da elaboração da teoria baseiam-se em comparações e analogias. Evidentemente, isso introduz uma certa vagueza em vários pontos da teoria. Note-se, porém, que o recurso a analogias não é por si só ilegítimo na etapa de *elaboração* de uma teoria científica. Pelo contrário, seu uso aí é bastante útil, e às vezes quase inevitável. Locke aborda explicitamente esse ponto em sua influente obra *An Essay Concerning Human Understanding*, cujo parágrafo 12 do capítulo 16 do livro IV traz o título: “Nas coisas que os nossos sentidos não podem descobrir, a analogia é a grande regra da probabilidade.” Locke fala aqui em “probabilidade” porque para ele, assim como para os filósofos que seguiram sua vertente empirista, é impossível ter-se *conhecimento* propriamente dito acerca do que escapa à verificação direta dos sentidos, já que defende que a certeza é essencial a tudo o que mereça ser chamado conhecimento. Nesse mesmo parágrafo, Locke enumera algumas dessas coisas sobre as quais podemos ter no máximo uma certa probabilidade:

Tais são: 1. A existência, natureza e operações de seres imateriais finitos externos, quais sejam: espíritos, anjos, demônios, etc. Ou a existência de seres materiais que, seja por sua pequenez, seja por estarem muito distantes, não podem ser percebidos por nossos sentidos ... 2. A maneira de operar da maior parte das obras da Natureza, nas quais, embora vejamos os efeitos sensíveis, suas causas são desconhecidas, e não percebemos os meios e modos pelos quais são produzidos. Nestes casos, a *analogia* é o único auxílio que temos, e é somente a partir dela que estabelecemos todas as nossas bases de probabilidade. Assim, por exemplo, observando que o mero ato de esfregar dois corpos violentamente um contra o outro produz calor, e freqüentemente mesmo fogo, temos razões para pensar que aquilo que chamamos *calor* e *fogo* consiste numa violenta agitação das partes diminutas e imperceptíveis da matéria que se queima.

Após dar outro exemplo detalhado, Locke conclui:

Esse tipo de probabilidade, que é o melhor guia dos experimentos racionais e da criação de hipóteses, possui também sua utilidade e influência. E um raciocínio cuidadoso a partir de analogias conduz-nos freqüentemente à descoberta de verdades e produções úteis que de outro modo permaneceriam ocultas.

No século 18, David Hume retomou e aprofundou a análise empirista de Locke acerca do conhecimento, ressaltando a impossibilidade de alcançarmos certeza sobre questões de fato que estejam além da evidência presente dos sentidos ou do testemunho da memória. Inicialmente, notou que tudo o que sabemos acerca delas (se é que sabemos algo) se funda na relação de causa e efeito. Se afirmarmos algo sobre um fenômeno futuro, fazemo-lo unicamente porque assumimos que determinados objetos já experimentados constituirão a causa daquele fenômeno.⁵ Do mesmo modo, um evento passado que não foi experimentado só pode ser inferido se assumirmos que determinados fenômenos atual ou anteriormente experimentados foram causados por aquele evento.⁶ O mesmo se dá com relação a todas as proposições sobre coisas não-observáveis, como átomos, forças, a estrutura dos buracos negros, o estado do Universo em seu começo (se é que teve começo), etc.

⁵ Por exemplo, se dissermos que choverá amanhã, assumimos que determinadas massas de ar que agora observamos causarão chuva amanhã.

⁶ Se afirmarmos, por exemplo, que em uma determinada ilha agora deserta já estiveram seres humanos anteriormente, essa afirmação estará baseada na assunção de que certos fenômenos que agora observamos — como pinturas em cavernas, potes de barro encontrados em uma escavação, etc. — foram produzidos, i.e., causados por aqueles seres humanos.

Segundo Hume, neste último caso há uma complicação adicional na rota do conhecimento. Sua investigação sobre a relação de causa e efeito mostra que o seu conhecimento não é de natureza racional (o efeito não é uma consequência lógica da causa), e nem tampouco a experiência pode conferir certeza a seu respeito, ou seja, não podemos justificar empiricamente as inferências causais. Tudo o que a experiência mostra é que nos casos passados fenômenos de tais tipos sempre sucederam fenômenos de tal outro. Mas não há garantia de que as ocorrências futuras de fenômenos do primeiro tipo serão seguidas de ocorrências de fenômenos do segundo tipo.⁷

Fica então claro por que existe uma dificuldade extra no caso do conhecimento das proposições sobre coisas e eventos não-observáveis: em tal caso não podemos nem mesmo experimentar a conjunção constante entre fenômenos que nos leve a postular um como a causa do outro. Não podemos, por exemplo, observar o fluxo de elétrons em um fio sendo sempre seguido de certos fenômenos (choque, desvio da agulha de uma bússola colocada em sua proximidade, etc.) para darmos tal fluxo eletrônico como sendo a causa desses fenômenos.

Se no caso das relações causais entre fenômenos temos dificuldades para justificá-las, tendo que nos fiar na simples regularidade passada, quando um dos membros (ou ambos) da relação não é um fenômeno, ou seja, quando não é algo que nos aparece aos sentidos, não dispomos nem mesmo dessa conjunção habitual. A relação terá então um caráter ainda mais hipotético. Seu uso na ciência só se justificará por processos bastante indiretos. Por exemplo, podemos constatar que a hipótese da existência do fluxo de elétrons no fio representa um meio eficiente e simples de explicar tais e tais fenômenos, que essa hipótese é compatível com outras que já havíamos aceitado, que se encontra inserida em uma teoria abrangente e coerente, etc.

Com essas breves considerações filosóficas, procuramos salientar que se a teoria construtiva proposta por Hahnemann para a homeopatia apresenta dificuldades de ordem epistemológica, elas não são exclusividade dessa teoria, incidindo igualmente sobre *todas* as teorias do tipo construtivo, o que naturalmente inclui grande parte de nossas mais importantes e estimadas teorias científicas.

Referências

- BACON, F. *Novum Organum*. Trad. A.R. de Andrade. São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- CHALMERS, A.F. *What is this Thing called Science?* St. Lucia, University of Queensland Press, 1976.
- EINSTEIN, A. Autobiographical notes. Trad. P.A. Schilpp. In: Schilpp 1949, pp. 3-94. 1949a.
- HAHNEMANN, S. *Organon of Medicine*. Trad. J. Künzli, A. Naudé e P. Pendeleton. London, Victor Gollancz Ltd., 1986.
- . *Doctrina y Tratamiento Homeopático de las Enfermedades Crónicas*. Traduzido da tradução francesa de J.L. Jourdan por E.D. Flores. Mexico, Propulsora de Homeopatia S.A., 1941.
- LAKATOS, I. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: Lakatos & Musgrave 1970, pp. 91-195.

⁷ Assim, a rigor não temos certeza de que o próximo homem que ingerir cicuta morrerá, nem de que ao colocarmos de novo nossa mão no fogo sentiremos dor. Note-se que voltamos aqui a uma questão já abordada na seção 2.

- LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.
- LOCKE, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. London, Oxford University Press, 1975.
- MARIM, M. Uma abordagem em experiência patogenética. *Revista de Homeopatia* **53** (1): 4-62, 1988.
- . Uma abordagem em experiência patogenética. II. *Revista de Homeopatia* **57** (1-4): 29-89, 1992.
- POPPER, K.R. *The Logic of Scientific Discovery*. 5.ed., revista. London, Hitchison, 1968.
- . *Conjectures and Refutations*. 4.ed., revista. London, Routledge and Kegan Paul, 1972.
- . *Objective Knowledge*. Oxford, Clarendon Press, 1972.
- QUINE, W.V.O. Two dogmas of empiricism. In: Quine 1953, pp. 20-46.
- . *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass., 1953.
- SCHILPP, P. A. *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*. 3rd. ed. La Salle, Illinois, Open Court, 1949.